Proteção de dados: comparação com a Suíça

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Os regimes suíço e de Singapura têm estrutura semelhante e diferem na fiscalização. A Suíça não prevê multas administrativas contra organizações. Suas sanções são multas penais de até CHF 250.000 contra as pessoas físicas responsáveis, o que concentra a atenção de um compliance officer de outra maneira.[1] Singapura multa a organização em até 10% do faturamento local. A Suíça exige a notificação de incidentes "o mais rapidamente possível" quando o incidente puder resultar em risco elevado. Singapura concede três dias após a avaliação e fixa um limite numérico. A Suíça trata dados sobre uma pessoa identificável como dados pessoais, do mesmo modo que Singapura, e enfrenta a mesma dificuldade com blockchains públicas. Sobre elas, o Encarregado Federal de Proteção de Dados e Informação (EDÖB/FDPIC) não emitiu orientações comparáveis ao guia de Singapura. Um grupo que estrutura seu programa de privacidade segundo o padrão de Singapura geralmente atenderá também ao suíço, acrescentando os documentos específicos da Suíça: o registro das atividades de tratamento e a avaliação de impacto sobre a proteção de dados para tratamentos de alto risco.[2]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Perspectiva transfronteiriça

É possível manter um único programa de privacidade para um grupo Zug–Singapura adotando, em cada ponto, a regra mais rigorosa. Nenhum dado pessoal deve ir para qualquer blockchain pública. Endereços de carteira vinculados a clientes conhecidos devem ser tratados como dados pessoais nos dois lugares. Para toda transferência a partir da Suíça, usam-se as Cláusulas Contratuais Padrão da UE com as adaptações suíças e, para toda transferência a partir de Singapura, um acordo intragrupo vinculante. O relógio dos incidentes deve seguir o prazo aplicável mais curto: a comunicação de incidentes à MAS em uma hora, para entidades licenciadas, e a notificação à PDPC em três dias, para dados pessoais. Um programa assim construído resistirá à inspeção de qualquer das duas autoridades e, sobretudo, resistirá à atenção de quem ataca empresas de criptoativos em busca de suas listas de clientes.

Notas

1. Arts. 60–63 da Lei federal suíça de proteção de dados (DSG/FADP) (SR 235.1). ↩
2. Art. 12 (registro das atividades de tratamento) e art. 22 (avaliação de impacto sobre a proteção de dados) DSG/FADP (SR 235.1). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.